

Quero destacar a atuação dos deputados Mauro Bragato, Reinaldo Alzug e Ed Thomas que são da região, major Olímpio, Simão Pedro e José Zico Prado. Também quero citar os demais deputados e lideranças da Casa que fazem essa discussão sobre esse projeto. Também quero saudar a presença e a participação do Marcos Pilla, do Itesp, que tem ajudado muito nessas discussões e também destacar a participação do prefeito Ernane Erbella, que tem atuado muito nos esclarecimentos necessários para que possamos conduzir a discussão desse projeto com todos os deputados.

O que estamos discutindo? Estamos discutindo a possibilidade de regularização, de titulação de áreas inferiores a 500 hectares. O primeiro aspecto desse projeto de lei é a possibilidade de consonância com a Lei federal nº 8.629, de 1993, que diz claramente que não são passíveis de reforma agrária as pequenas propriedades, que são quatro módulos fiscais e as médias propriedades de até 15 módulos fiscais. Na área do Pontal, 15 módulos fiscais equivalem a 450 hectares. O projeto trata exatamente nisso. Não se trabalha nas áreas passíveis de reforma agrária que são aquelas acima de 15 módulos fiscais, que equivalem a 450 hectares. Nesse projeto trabalha-se a possibilidade de regularização e titulação, e não de reforma agrária, das áreas inferiores a 15 módulos fiscais, que são 450 hectares.

Ao mesmo tempo em que se trabalha com essa expectativa de regularização e titulação, trabalha-se a possibilidade de beneficiar os assentamentos criando um fundo a ser utilizado em benefício dos assentamentos com investimentos em infraestrutura. Essa lei regulariza as áreas menores de 500 hectares, mas nessa regularização tem uma contrapartida de que tem essa área, que vai pagar em dinheiro 10% do valor da área para um fundo que beneficiará os assentamentos. Mas ela regulariza áreas inferiores a 500 hectares, que na região do Pontal somam-se 31 mil propriedades. É isso que esse projeto traz, ou seja, a possibilidade de titulação, de regularização de 31 mil propriedades. Traz a possibilidade de regularização de 50% das áreas do Pontal. Traz a possibilidade de 31 mil de regularizar dez mil propriedades até 4 hectares.

Então, esse é um projeto que tem uma função social importante, porque a regularização e a titulação permitem a função social da terra, pois quando a pessoa tem o seu título, quer a sua identidade. Isso lhe permite produzir, ter segurança jurídica, acesso a novos financiamentos, gerar empregos, facilita o desenvolvimento econômico da região beneficiando as áreas menores que 500 hectares, que são 31 mil propriedades, beneficiando aqueles que menos têm, que são os donos das pequenas e médias propriedades.

Estamos aqui fazendo uma discussão no sentido de encontrarmos um caminho que dê consonância com a lei federal, que dê compatibilidade com a legislação federal, porque não trata aqui de áreas passíveis de reforma agrária.

A lei federal já diz que só são aquelas acima de 500 hectares. Mas estamos tratando aqui da possibilidade, da regularização e titularização, com contrapartida de pagamento pelo proprietário, porque não é de graça. O proprietário vai pagar 10% do valor da sua terra para um fundo, e esses 10% de uma área que vale menos, paga menos e de uma área que vale mais, pagará mais porque é pelo valor da área. E esse fundo, inclusive, que a lei trouxe uma modificação, que era para ser pago em seis anos, está trazendo agora o pagamento em três anos, reduzindo inclusive esse prazo de pagamento para que esse fundo possa ser constituído o mais rápido possível, para que esse fundo possa ser utilizado em benefício dos assentamentos, com infraestrutura, o mais rápido possível.

Esse é o projeto que está sendo discutido aqui. Não se trata aqui de uma discussão ideológica, mas sim de verificar o grau de justiça que está sendo feito. Aqui traz a possibilidade da titularização e da regularização de 31 mil propriedades, mas traz a constituição de um fundo para beneficiar os assentamentos nas áreas acima de 500 hectares - só para os assentamentos. Então, eu não vou me alongar.

O SR. MAURO BRAGATO - PSDB – COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Nobre Deputado Samuel Moreira, o nobre Deputado Simão Pedro, com muita competência, hoje na audiência pública, fez algumas propostas. E a minha presença aqui é justamente para nesse debate tentar buscar saídas para que haja um consenso aqui na Casa.

Vossa Excelência colocou com competência a questão dos módulos fiscais e foi bastante didático na explicitação do significado deste projeto.

Não se trata da questão de reforma agrária no sentido de buscar dezenas de famílias, mas acima de tudo de fazer justiça social. Conheço muito bem essa região.

Quero lhe dizer que acompanho essa questão agrária desde o meu primeiro mandato aqui na Assembleia Legislativa, e posso dizer que o Estado de São Paulo, em todos os momentos em que se fez necessário, que se conseguiu junto ao Judiciário, assentou famílias. Prova disso, que a nossa região tem 6 mil famílias assentadas, 95 ou 96 assentamentos do Estado. Temos também alguns do Governo Federal. O importante é que estamos aqui buscando regularizar uma situação.

Estou muito à vontade porque a questão agrária no Pontal tem a ver com a minha luta também; não é a luta ideológica, ou a luta de pessoas que apareceram agora. Estou muito à vontade com isso. E quem vota em mim, muitos dos assentados, ou não, tem a ver com esse compromisso.

Portanto, quero dizer aos Deputados desta Casa, que acompanho essa questão desde o início, conheço o assunto profundamente, participei do primeiro assentamento, ajudei na gestão Franco Montoro, e temos que separar o que é terra para ser regularizada, e o que é terra para ser efetivamente de assentamento rural. O restante é um debate ideológico, infelizmente eivado de questões muitas vezes partidárias e que não interessa no momento.

O Projeto de lei 578 que demanda regularizar terras acima de 500 hectares é um debate mais complexo, tanto assim que não prosperou nesta Casa.

Deputado Samuel Moreira, Líder do Governo, que de fato busquemos um entendimento aqui para que possamos, efetivamente, ao aprovar o projeto, venha significar um ganho para a nossa região.

Tenho certeza de que falo aqui não só em meu nome, mas em nome dos Deputados que moram na região, lutam na região e têm um compromisso de fato com aquele povo que está morando lá há muitos anos e que quer ter o seu título, a sua segurança jurídica.

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB - Esta Presidência saúda o nosso colega, o nosso companheiro que honra o Governo de São Paulo à frente da Secretaria de Recursos Hídricos e Saneamento, Deputado Edson Giriboni. Tem a palavra o nobre Deputado Samuel Moreira.

O SR. SAMUEL MOREIRA - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Nossa saudação ao Deputado Edson Giriboni. Quero dizer aqui, Deputado Mauro Bragato, do orgulho que temos em tê-lo como representante daquela região, e destacar o seu trabalho nesse projeto, a sua atuação nessa área, e também destacar a atuação do Deputado Ed Thomas e do Deputado Reinaldo Alzug naquela região. Assistimos a participação de vocês hoje nas negociações. Dizer, também, aos amigos do Partido dos Trabalhadores, que nós entendemos que algumas colocações feitas pelo Deputado Simão Pedro, pelo Deputado José Zico Prado e pelos seus líderes, Deputado Alencar Santana, que nós somos passíveis de entendimento.

Queremos construir essa unidade e entendemos que a proposta feita pelo Partido dos Trabalhadores pode ser acolhida pelo Governo no sentido de compatibilizar os 15 módulos fiscais, que foi uma proposta trazida pelo Partido dos Trabalhadores, pelos Deputados Simão Pedro e José Zico Prado.

Não poderemos atender e compatibilizar todas as questões que nos foram colocadas. Mas esta de transformar os 500 hectares no projeto para 450 hectares é possível de unidade, é possível de aceitação. Isso para que não só compatibilizemos, mas também possamos procurar dentro dessa compatibilização com a legislação federal, fazermos mais justiça ao projeto.

Deputado Mauro Bragato, nós estamos nessa linha que V. Exa. falou, ou seja, na busca desse entendimento para, inclusive, melhorar o projeto com o diálogo que foi feito, com a presença de V. Exa., como também, de vários Deputados.

Essa é a nossa posição no sentido de estabelecer a votação desse projeto para que possamos dar um encaminhamento para um desenvolvimento melhor da região do Pontal. Esse é um fator de desenvolvimento da região do Pontal. As questões relacionadas à Saúde, à Educação, à infraestrutura, são muito importantes naquela região. Mas, talvez não haja nada mais importante do que darmos início à regularização às áreas do Pontal. E esse é um grande começo. É o primeiro passo para que possamos contribuir com o desenvolvimento daquela região tão carente e que V. Exas. tão bem representam aqui na Assembleia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB - Em discussão. Para discutir contra, tem a palavra o nobre Deputado Simão Pedro, pelo tempo regimental.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Deputado Barros Munhoz, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que ainda se encontra nas galerias; quero cumprimentar as lideranças dos movimentos sociais. Infelizmente uma grande parte das pessoas, que desde a hora do almoço está aqui para participar da audiência pública, estava acompanhando os debates até agora, evidentemente precisou se retirar sem que conseguíssemos chegar a um acordo.

Sr. Presidente, nós votamos uma lei aqui na Assembleia Legislativa em 2003, oriunda do Governo do Estado; na ocasião o Governador era o atual Governador Geraldo Alckmin, que inclusive teve o nosso voto. Com aquela lei, o Estado está autorizado a regularizar as propriedades ocupadas irregularmente no âmbito das terras públicas do Estado no Pontal do Paranapanema, desde que elas não sejam aptas à reforma agrária.

Qual era o objetivo dos legisladores, naquela legislatura, com essa proposição votada aqui? Que aquelas terras do Pontal do Paranapanema, aliás uns dos poucos remanescentes de terras públicas no Estado, que têm vocação para a reforma agrária, cumpram essa função social. Há uma grande demanda de famílias que precisam e querem ser assentadas, querem ter oportunidade para trabalhar, viver na terra, produzir, que foram para aquela região com essa expectativa, sabendo que aquelas áreas eram áreas públicas, que o próprio Estado estava protocolando ações no sentido de recuperá-las. Ali foram assentadas, através de um processo de luta muito intenso, quase cinco mil famílias, que hoje são assentadas, produzindo, tendo sua vida ali naquela região.

Então aprovamos essa lei. Essa foi a ideia que presidiu a Assembleia, que foi acordada aqui, que foi consensual. O Governo não conseguiu fazer nenhuma ação de regularização ali. Na legislatura passada, o Governador era o Serra, que mandou um projeto de lei para a Assembleia - já havia aquela lei dos até 500 hectares, ele mandou uma outra que está tramitando aqui, ainda não foi arquivada, pelo que tenho conhecimento - que propõe regularizar as propriedades acima de 500 hectares. Hoje um professor da Unicamp, Doutorando Antonio Storel Jr., formado na Esalq, esteve na audiência pública e disse que o Governo pretendia “comer pelas bordas” o Pontal: primeiro regulariza as pequenas, depois vai partir para a regularização das grandes.

Agora o Governador Geraldo Alckmin resolve fazer o seguinte: manda um projeto de lei para cá querendo mudar aquela configuração da lei que aprovamos em 2003, retirando a essência do projeto. A lei dizia o seguinte: regulariza as terras não aptas à reforma agrária. Ele quer tirar no sentido de regularizar completamente as terras devolutas do Pontal do Paranapanema. Aqui o bom senso deve prevalecer, está prevalecendo nos debates, na audiência pública. Ninguém é contra, em sã consciência, ao processo de regularização fundiária. Estamos fazendo isso, num acordo entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Itesp para dar títulos de propriedade no Vale do Ribeira - o Deputado Samuel Moreira, líder do Governo sabe disso. Mais de 20 mil pequenos agricultores estão sendo beneficiados com essa ação, mas lá no Pontal as áreas que estão sendo regularizadas são as áreas de pequenas propriedades. Isso é uma política boa, precisamos regularizar de fato. Aliás, defendo a regularização fundiária, inclusive nas áreas urbanas, porque desse jeito vamos fazer a nossa economia se desenvolver.

Agora, por que não conseguimos chegar a um entendimento? Estava ouvindo o Deputado João Antonio, que é um morador da Zona Leste, operário, ex-militante da Pastoral Operária, ex-metalúrgico, grande vereador, grande líder na Câmara, dizendo o seguinte: a proposta que apresentamos ao Governo, em troca de retirar aquela trava que protege a região para as áreas de reforma agrária, é colocamos um limite, regularizarmos as pequenas e médias propriedades de até 200 hectares, que configuram 93% das áreas do Pontal do Paranapanema. Mais de 350 mil hectares serão regularizados, beneficiando, nos meus dados, 20 mil propriedades - nos dados que o Deputado Samuel Moreira apresentou 31 mil. Só com isso vamos fazer uma mudança substancial naquela região.

Qual é o problema? São 900 propriedades, ou 1000, mais ou menos, que se situam nessa faixa de 201 a 500 hectares. Daí para cima, o que significam 18% das terras públicas do Pontal, há um setor aqui que quer privilegiar a regularização desses mil grandes proprietários, e colocó isso acima de tudo.

Estamos querendo propor um avanço, um acordo: regularizamos as áreas de até 200 hectares, e o remanescente o Governo vai continuar arrecadando para a reforma agrária, para fazer assentamentos, para contemplar as 2000 famílias, que é mais ou menos a demanda instalada naquela região. Aquela região pode se desenvolver. Eu dialogava com o prefeito de Presidente Venceslau

que nos visitou hoje, terra do nosso querido líder do PDT, Major Olímpio, que disse que precisamos votar esse projeto, regularizando até as de até 500 hectares para desenvolver aquela região.

Ora, na concepção de desenvolvimento, temos diferença. Eu acho que o desenvolvimento vai chegar naquela região se o Governo do Estado investir em infraestrutura viária. Precisamos melhorar as estradas daquela região. Com exceção da rodovia que chega até Presidente Prudente, não está tão contaminada pelos pedágios ainda, porque até Presidente Prudente é um festival de pedágios. É caro para ir para lá, o que impede o desenvolvimento da região, porque encarece o frete, as empresas estão indo embora de lá. Mesmo em Presidente Epitácio, no ano passado, fixemos aqui uma audiência pública para debater a saída da Friboi de lá, que eliminou 1200 empresas, porque o ICMS é caro, mas o custo da produção naquela região é muito alto.

Então precisamos resolver esse problema da infraestrutura, de permitir o acesso da produção local. Segundo: investir em infraestrutura de conhecimento. O Deputado Mauro Bragato, que é da região, estava dizendo que lá há um campus da Unesp que agora foi contemplado com um novo curso de engenharia. Isso é bom. Lutei muito junto ao Conselho Universitário para que conseguíssemos contemplar novos campi e conquistamos o campus de São João da Boa Vista com dois cursos, uma luta de dez anos que tenho apoiado. Precisamos levar Fatecs para lá. Precisamos levar o Instituto Federal; precisamos levar infraestrutura de conhecimento, para atrair empresas, formar mão de obra, cursos que têm a ver com o desenvolvimento daquela região, levar cidadania, hospitais. É isso que vai levar o desenvolvimento àquela região, evidentemente que regularizando a situação fundiária.

Nossa proposta é que regularizemos 93% das propriedades daquela região, regularizando até 200 hectares. Não é proposta sectária, não é proposta radical. É uma proposta de bom senso, viável. Mas estamos aqui travando um debate em cima do interesse de mil grandes proprietários naquela região, que querem se beneficiar. Perguntei hoje ao superintendente do Itesp, Dr. Marco Pila, sobre o valor do fundo que vai ser constituído, para podermos entender quanto vai ser investido, como vai ser revertido esse dinheiro na região. Ele não tem o cálculo, infelizmente.

Estamos propondo, então, o seguinte: o Governo propõe que o proprietário que vai ter a terra regularizada pague por ela o montante de 10% do valor da terra nua, como se ali fosse uma área de floresta, como se o Governo não tivesse feito estradas, escolas, cidades, não tivesse levado investimentos para lá.

Sugiro fazer um diálogo sobre esse aspecto. Por exemplo, a pequena e a média propriedade, que temos um acordo em regularizar, até 200 hectares, que paguem os 10%, e acima disso é preciso haver uma taxação maior. Os Deputados vão dizer que lá são todos pobres, que não têm condições.

Sabemos que por trás disso, regularizando, já está a Odebrecht, com a usina de cana. O que está por trás desse projeto é a possibilidade do arrendamento das terras para as usinas, ao invés de levarmos o desenvolvimento àquela região pela agricultura familiar, pela produção de alimentos, pela pequena e média propriedade, que geram empregos. Todos sabemos que a pequena agricultura, a pequena propriedade, a pequena produção agrícola é que gera emprego. De cada 10 empregos no campo, oito vêm da agricultura familiar. O Deputado José Zico Prado é mestre nisso, e sabe muito bem do que estamos falando.

A agricultura familiar segura as famílias, ela gera dignidade, gera produção, e atua numa área estratégica para o País e para o mundo, que é a produção de alimentos. Todos sabemos que mais de 70% do que consumimos, na mesa dos brasileiros, vêm da agricultura familiar. O grande agronegócio, que é importante para a nossa economia, primeiro, quase não gera emprego. Segundo, é altamente destrutivo em relação ao meio ambiente. Temos poucas usinas que concordam em se enquadrar na legislação ambiental trabalhista.

E qual é o modelo de desenvolvimento que queremos para aquela região? A vocação ali é a pequena agricultura, essa que gera emprego, essa que gera trabalho, essa que segura as famílias na região.

Faço aqui um apelo ao Deputado Samuel Moreira, que sabe da importância disso - também ao Deputado Barros Munhoz, ao Deputado Mauro Bragato, ao Deputado Ed Thomas, que é da região e conhece muito bem, ao Deputado Reinaldo Alzug, que é morador da região de Dracena, e conhece também a região, atua ali -, para que façamos um acordo aqui: votemos esse projeto amanhã. Vamos regularizar as terras até 200 hectares. Isso é razoável, é uma proposta para a qual estamos estendendo a mão para o Governo.

Esse projeto é caro para nós, da Bancada do PT, do PSOL, do PCdoB, da oposição. Esse projeto é caro para nós. Então, vamos fazer um acordo: votamos amanhã. O Governo sai satisfeito, atinge 93% dos seus objetivos. E o restante deixamos para discutir depois.

Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença, porque o plenário está bastante esvaziado, e ainda tenho algum tempo para continuar discutindo sobre esse importante Projeto de lei, que propõe a regularização das terras devolutas do Pontal.

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres Deputados Rita Passos e Mauro Bragato para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

* * *

- É iniciada a chamada.

* * *

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Presidência constata número regimental de Srs. Deputados em plenário, pelo que dá por interrompido o processo de verificação de presença e agradece a colaboração dos nobres Deputados Rita Passos e Mauro Bragato.

Continua com a palavra o nobre Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - Sr. Presidente, para encerrar a minha intervenção, quero dizer que esse projeto, do jeito que foi enviado pelo Governo, não tem condições de ser votado. O projeto não vai levar desenvolvimento, regulariza uma situação com a ideia de fazer justiça para uma série de famílias, mas visa a regularizar de forma indevida a grande propriedade de pessoas que ocuparam aquela região de forma irregular.

O nosso apelo é para que esta sessão seja suspensa e amanhã façamos um acordo no sentido de avançar nas propostas que apresentamos, as quais, tenho certeza, têm o apoio de inúmeros deputados que hoje compareceram na audiência pública para ouvir os argumentos de lideranças sociais, como Delveque Mateus, da Direção Nacional do MST, técnicos de universidades e dirigentes de órgãos do Governo.

É razoável que se proteja e regularize a pequena e média propriedade, mas não do jeito que o Governo enviou. Esse projeto não tem qualquer parâmetro, não tem qualquer base legal, não tem qualquer justificativa. É um número exato, que não encontra justificativa e amparo em nenhuma lei.

Precisamos avançar no sentido de adequar à legislação federal. Mais ainda, adequar um projeto de desenvolvimento que beneficie a pequena propriedade, que assegure as terras, principalmente as maiores propriedades, para novos assentamentos, para dar oportunidade para a agricultura familiar naquela região. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma Sessão Extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término da primeira Sessão Extraordinária, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: Projeto de lei 687/2011, que altera a Lei nº 11.600/2003.

Para falar contra, tem a palavra o nobre Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Presidente Barros Munhoz, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia, venho à tribuna para discutir o Projeto de lei 687, de 2011, que foi encaminhado para a Assembleia Legislativa pelo Executivo estadual.

Cedo um aparte ao nobre Deputado Adriano Diogo.

O SR. ADRIANO DIOGO - PT - É apenas para dar uma boa notícia. Acabou de sair o habeas corpus do Zé Rainha e ele vai ser posto em liberdade. Já que estamos falando de Pontal, a justiça foi feita e Zé Rainha está livre. Viva liberdade, viva Zé Rainha, viva MST! Obrigado, Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Este projeto nos remete a uma discussão muito importante no Brasil, sobretudo no Estado de São Paulo, que é da reforma agrária, assentamento dos trabalhadores rurais sem-terra que foram expulsos das suas terras e perderam seus empregos por conta do crescimento do agronegócio, da concentração de terras e de renda do nosso país. O Brasil tem uma grande dívida com esse tema.

O Brasil proclamou a República em 1889 e, antes disso, em 1888, libertou os escravos e não realizou a reforma agrária. É um dos poucos países do mundo, talvez, há quem diga, que seja o único país do mundo que ainda não efetivou a sua reforma no mundo capitalista. Não estou falando dos países do leste europeu que tiveram a passagem do Capitalismo para o Socialismo. Japão, Estados Unidos, França, Inglaterra, Argentina e todos os países capitalistas, em algum momento das suas histórias, fizeram a reforma agrária. O Brasil saiu da escravidão, proclamou a República em 1889 e não realizou a reforma para incluir as populações marginalizadas no processo social brasileiro. Essa dívida é histórica e não foi paga até agora.

Tivemos sucessivos governos que não tiveram a coragem de enfrentar os grandes latifundiários, e, agora, de enfrentar o agronegócio que vem tomando conta da nossa agricultura, destruindo a agricultura familiar, e concentrando cada vez mais as terras no nosso país. Essa é a discussão que queremos fazer. Por isso, continuamos com a luta em defesa do assentamento, da reforma agrária em todo o Brasil. Estamos num verdadeiro retrocesso em relação a esse tema. O Brasil não está efetivando a reforma, que sempre foi uma bandeira histórica dos partidos de esquerda, dos setores progressistas da nossa sociedade. E há um retrocesso em relação a esse tema. Este projeto apresentado também representa um retrocesso, com a justificativa de beneficiar alguns setores do Pontal, e traz embutida uma grande armadilha, que é uma doação. O projeto autoriza a doação do patrimônio público do Estado de São Paulo para os grandes latifundiários. Isso é muito grave.

O ex-Governador José Serra já tentou fazer isso na gestão passada. Ele encaminhou um projeto que está ainda dentro da Assembleia Legislativa. Está aqui, encostado e escanteado, mas está ainda aí e não foi arquivado. O projeto autorizava a regularização para os acima de 500 hectares. É um projeto altamente comprometido com os grandes latifundiários, com especuladores de terras, sobretudo com os grandes grileiros que ocuparam as terras devolutas, terras públicas do Estado de São Paulo. Eles seriam contemplados pelo ex-Governador José Serra, do PSDB, com a aprovação deste projeto que não prosperou aqui porque nós resistimos junto com o movimento organizado, com o MST e vários outros segmentos. O projeto não foi adiante.

O Governador Geraldo Alckmin agora envia o projeto com algumas mudanças, mas a tonalidade é a mesma. Não podemos aceitar que ele seja aprovado dessa maneira porque ele vai beneficiar também os grandes latifundiários, o agronegócio, e vai fazer coro com esses setores conservadores que querem entregar o patrimônio público para os que já têm um grande benefício econômico, em detrimento sempre dos pequenos, dos trabalhadores rurais e desempregados que precisam ser assentados, que precisam de terra para poder trabalhar. Com a mecanização da agricultura e com o crescimento do agronegócio estamos tendo um grande prejuízo para os trabalhadores rurais, que ficam acampados em estradas, abandonados, comendo a poeira das estradas do interior paulista.

O Governo estadual precisa ter uma política de assentamento e de reforma agrária para os pequenos, e não para os grandes. Mas essa tem sido a cara e a prática do PSDB no Estado de São Paulo. Dois projetos foram apresentados aqui para beneficiar os grandes proprietários. Para os pequenos não tivemos nenhum projeto do PSDB que tenha sido enviado pelo Executivo. Ao contrário, para os pequenos a repressão, a Tropa de Choque da Polícia Militar, como aconteceu no massacre social do Pinheirinho. Deputado Marco Aurélio estava presente na luta contra aquele massacre, o Deputado Adriano Diogo também, e estivemos lá juntos testemunhando aquele massacre contra seis mil trabalhadores no bairro do Pinheirinho. E aquele massacre foi organizado para beneficiar o especulador financeiro e criminoso, que já foi preso várias vezes, e que se chama Naj Nahas. O Governo do PSDB é muito rápido e prestativo para beneficiar os setores que já são beneficiados do ponto de vista econômico. Para beneficiar os grandes latifundiários, o grande negócio e um mega investidor, um especulador financeiro que já foi preso várias vezes, o Governo utiliza todo o seu aparato jurídico e legislativo, até repressivo como fez no Pinheirinho, desapropriando. O Governo não quis regularizar. Por que o Governo não apresentou uma proposta desapropriando pelo menos uma parte do terreno do Pinheirinho para acomodar, do ponto de vista da habitação popular, os seis mil moradores? Porque é um governo comprometido com as elites econômicas, com os latifundiários, com o grande negócio. É isso.

É inconcebível que um projeto seja encaminhado com esse disfarce, de que vai beneficiar setores importantes da região do Pontal, quando, na verdade, traz embutido no seu seio essa proposta de entregar as terras do Estado, que são de toda a população, para os grandes grileiros, de pessoas que ocuparam aquelas terras e usufruem dela economicamente. São terras que não cumprem uma função social, apenas a função da mais valia e do lucro.

É nesse sentido que nós, do PSOL, nos manifestamos contrariamente ao PL 687, de 2011. Queremos que ele seja modificado e nos somamos à luta do PT, do PCdoB, das bancadas de oposição, no sentido de que esta sessão seja suspensa, e que possamos chegar a um acordo e elaborar uma emenda aglutinativa diante do que foi apresentado pela audiência pública. Tivemos lá pouco uma grande audiência pública com técnicos, especialistas, trabalhadores rurais onde várias propostas foram apresentadas para que este projeto possa ser melhorado, sobretudo para que beneficie de fato a pequena e média propriedades. Do jeito que está nós do PSOL não votaremos a favor. Por isso fazemos um apelo à Assembleia Legislativa para que o projeto seja revisado e podemos fazer isso com tranquilidade. Nós podemos retomar a discussão que foi iniciada na audiência pública. Existem várias propostas para solucionar este problema. Agora não podemos votar num projeto que quer beneficiar o grande negócio e os grandes latifundiários, sobretudo aqueles que ocuparam as terras devolutas do Estado. Refiro-me às pessoas que exploram essas terras de forma indevida. São terras públicas, terras devolutas do Estado. O tratamento dado aos grandes latifundiários aos grandes proprietários não é dado aos pequenos. O projeto apresenta uma grande contradição e não podemos aceitar essa situação.

É por tudo isso que nós do PSOL, se esse PL 687 não for modificado, votaremos contra porque o Estado tem de estabelecer uma prioridade, que é beneficiar os pequenos, a agricultura familiar, os trabalhadores rurais sem-terra, que são milhares no nosso Estado. Não há política, na verdade, de assentamento no Estado de São Paulo. Há muito tempo que se pleiteia uma reforma agrária. O Deputado Adriano Diogo acabou de citar o caso do José Rainha, que teve um “habeas corpus” concedido pelo STF e isso nos remete a uma outra discussão: a criminalização dos movimentos sociais, principalmente do movimento ligado à luta pela terra, um movimento altamente reprimido, criminalizado pelo Estado tanto do ponto de vista político como do ponto de vista jurídico e, sobretudo, do ponto de vista policial. A tropa de Choque é acionada sistematicamente contra os trabalhadores rurais sem-terra. A tropa de Choque vira quase que um braço dos latifundiários, dos grandes proprietários do nosso Estado. Existem mortes, perseguições dos nossos trabalhadores rurais no Estado, sem contar as milícias organizadas pelos latifundiários, pelos donos do agronegócio. Essas milícias perseguem e matam e exterminam os trabalhadores que ousam lutar pela reforma agrária no Estado. Esta é uma discussão também nacional. Isso acontece em todo o território nacional.

Diante deste quadro esta é a posição do PSOL. Nós defendemos reforma agrária, assentamento dos pequenos e a regularização jurídica das terras dos trabalhadores rurais sem-terra.

O SR. SAMUEL MOREIRA - PSDB - Sr. Presidente, em função de acordo entre os líderes no plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental, antes, porém, esta Presidência desconvoca a segunda Sessão Extraordinária e lembra as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados da convocação da Sessão Ordinária de amanhã com a mesma Ordem do Dia de hoje.

Em face do acordo entre as lideranças esta Presidência dá por levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 21 horas e quatro minutos.

* * *

Atos Administrativos

ATO DA MESA

DE 28/03/2012

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Artigo 1º - Tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 986, de 29 de dezembro de 2005 e suas alterações e em decorrência do artigo 17, da Resolução ° 878, de 02 de fevereiro de 2012, as gratificações ficam enquadradas na seguinte conformidade: